

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A polêmica na USP O efeito devastador da lista dos improdutivos

MODESTO CARVALHOSA

Quando me deparei no domingo, 21 de fevereiro, com a primeira página da Folha chamando para leitura íntegra de uma enorme lista de docentes considerados "improdutivos", em triagem elaborada nos institutos da USP, lembrei-me imediatamente das "Reflexões" de Sartre sobre o racismo. Nessa obra magnífica contra a injustiça, a discriminação e a humilhação, o autor lembra o comportamento que os resistentes franceses observavam diante dos judeus que portavam os braceletes com a estrela amarela de David: rigorosamente não olhavam para as vítimas, para assim evitar dois efeitos: o primeiro, para não submeter a vítima à terrível situação de observado por mais uma testemunha supostamente conivente com o crime; o segundo, para não aguçar, no plano subjetivo, o prazer sórdido que eventualmente pudesse sentir ao ver algum desafeto do bairro ou da pequena cidade portanto o estigma mortal.

Com essa lição na mente e no coração resolvi não abrir as páginas fétidas edi-



relação trazer ao público leitor? Nenhuma, pois os políticos, na sua maioria e os intermediários são desconhecidos, de Estados e mundos distantes, mascarados

realizado aflorar os piores sentimentos humanos para obter o apoio das massas ao regime nefando. E não foi outra a técnica do

E nada mais mortal do que a perda de sua imagem social. Esta é fatal. Veja-se o próprio criminoso: quando é fotografado, invariavelmente esconde o rosto, num gesto instintivo de preservar a sua imagem social. Pois no caso dos

A Unicamp também tem uma lista?

dos possíveis desastres eventualmente incluídos na lista dos "improdutivos".

Os efeitos desse tipo de jornalismo são por demais devastadores. Em primeiro lugar, porque atinge o próprio jornal, que mostra atuação profissional e ética lamentável.

Em segundo, porque macula indelevelmente a honra de pessoas a quem não se ofereceu a menor oportunidade de defesa, à semelhança dos atentados políticos, em que a vítima é simplesmente emboscada, no caso, pela infâmia representada por uma lista que destrói toda a sua vida profissional.

Mas há um terceiro elemento pernicioso nessa conduta jornalística. O de acostumar o público a exercitar o pior dos sentimentos face às vítimas elencadas no noticiário. E comparemos. A lista de Anibal Teixeira e sua Secretaria de Planejamento. Que morbididade de sentimentos poderia gal-

nós, os milhares de ex-alunos, os demais professores, a comunidade intelectual e os setores obscurantistas da sociedade.

E a propósito, as listas de nomes indefesos são sempre sórdidas e servem para criar na população o indispensável apoio a todas as iniquidades através de sua participação, ainda que seja pela ávida leitura, nos ritos persecutórios ou difamatórios.

Assim eram os autos-de-fé públicos, que nos contam Antonio José Saraiva, Camillo e Saramago, em que os algozes do Santo Ofício congregavam a população para as grandes festas populares em que se transformavam os desfiles macabros das vítimas pelas praças de Espanha e Portugal, expostos às mais indescritíveis humilhações e suplícios pelas mãos dos populares, antes de serem entregues à justiça comum.

Assim foi o nazismo, que procurou através do racismo instituo-

E agora que vivemos no regime de liberdades democráticas é a imprensa, ao que parece, que está "educando" a população a percorrer avidamente as listas onde se misturam criminosos do narcotráfico, corretores da Seplan, estelionatários do Basa e professores "improdutivos" da USP.

Aliás a Folha, que tantos serviços prestou à redemocratização do país nos anos 70 e 80, em seu editorial justificativo da listagem dos "improdutivos", dizia que a publicação talvez fosse útil para a discussão do papel e das funções da universidade! E o mesmo arda do Santo Ofício. A eliminação dos hereges purifica as suas almas e alegria a Deus!

Ocorre que existe em tudo isso um elemento que foi desprezado: o ser humano. Todos sabem que nada é mais doloroso para uma pessoa íntegra do que a injustiça.

preservados padrões éticos noticiário, que visem resguardar as pessoas da desmoralização pública.

E o caso da lista da USP. Uma simples publicação, colhendo as vítimas em total imobilidade, destrói a honorabilidade, o prestígio, a confiabilidade e a imagem pública, construída ao longo de muitas décadas.

Por isto tudo o sentimento que é gravíssimo precedente nos traços de solidariedade aos professores atingidos e à própria Universidade de São Paulo, também ferida, há certeza que o fato lamentável irá contribuir para a compreensão e aperfeiçoamento do papel do jornalismo no seio da sociedade.

MODESTO CARVALHOSA, advogado, professor da Faculdade de Direito da USP e presidente da Associação dos Docentes da Universidade (Adusp) entre 1977 e 1979.

Editorial

A Adunicamp num ano de lutas

O Brasil vive hoje uma crise política sem precedentes. Com a aprovação do presidencialismo e dos 5 anos de mandato, fortaleceu-se o governo Sarney e os setores mais conservadores e retrógrados de nosso país, vinculados à burguesia, ao capital financeiro e ao grande capital estrangeiro. A situação econômica, que já atinge níveis insuportáveis tende a agravar-se, com a pressão de setores empresariais pelo fim da URP, na tentativa de continuar jogando sobre os ombros dos trabalhadores o custo do pagamento da dívida externa e da submissão ao FMI. A distância entre o Governo Sarney e as aspirações populares torna-se a cada dia mais profunda.

Como não podia deixar de ser, esse quadro abate-se sobre as Universidades Públicas, que se encontram asfixiadas pela crescente tendência privatizante do MEC e o consequente corte de verbas. Assistimos, neste início de ano, ao cancelamento de matrículas em vários cursos das Universidades Federais em decorrência de decretos governamentais impedindo a realização de concursos e a contratação de professores já concursados. As investidas contra a Universidade Pública, no entanto, não se esgotam com o mero corte de verbas. Vão mais além, na tentativa de desmoralizá-la perante a opinião pública e a comunidade científica nacional, tal como assistimos recentemente, com a publicação, pela Folha de S. Paulo, da "lista dos improdutivos" da USP.

A nível do Governo do Estado, observamos o Governo Quéricia aplicando fielmente a política econômica do Governo Federal, ao arrochar os salários dos funcionários públicos e não ter uma política salarial que recupere as perdas e reponha o poder aquisitivo dos salários. Essa política traz, em especial para a Universidade, prejuízos incalculáveis, obrigando professores e funcionários a entrar em campanha salarial a cada três meses, com sérias conseqüências para o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Diretoria da ADUNICAMP tem a clara compreensão de que o ano de 88 será um ano de grandes lutas. Luta em defesa do Ensino Público e Gratuito e contra as ofensivas do lobby privatista e setores conservadores que, fazendo

coro com o MEC, investem na Constituinte contra a Universidade e a Educação Públicas. Luta pela suspensão do pagamento da dívida externa e contra qualquer tentativa de pacto social ou negociação coletiva nacional que signifiquem a submissão do movimento sindical e dos trabalhadores aos interesses dos patrões e do governo. Finalmente, a luta em defesa da manutenção das propostas progressistas e dos direitos trabalhistas já aprovados pela Constituinte, contra o Governo Sarney e pelas Diretas em 88.

Este quadro coloca, portanto, para a ADUNICAMP em particular e para o movimento docente em geral, tarefas inadiáveis. O conjunto dos professores universitários, sempre presentes nas lutas salariais e nas lutas mais gerais do povo brasileiro, conclama todos os docentes a firmar, junto com os setores democráticos e progressistas do país, um pacto de luta contra a ofensiva da direita, do Governo Federal e do Governo Quéricia, na defesa das liberdades democráticas tendo em vista a construção de um país livre, independente e soberano.

Para fazer frente a este quadro complexo, algumas tarefas colocam-se como fundamentais e inadiáveis para os docentes da UNICAMP neste ano de 88. No campo da melhoria das condições de trabalho, nossa principal reivindicação será, além da necessária reposição das perdas, a definição de uma política salarial que estabeleça com clareza a forma de nosso reajustes de modo a eliminar as constantes campanhas salariais e a recompor nossos salários automaticamente. Essa forma é o **Reajuste Mensal de Acordo com o Índice do DIEESE**, reivindicação de todo o funcionalismo público.

Estando também acompanhando as discussões da Comissão do CONSU que definirá a política de utilização dos bens públicos, equipamentos é laboratórios de pesquisa de maneira a garantir a plena utilização do patrimônio público pela pesquisa institucional e sua colocação a serviço de toda comunidade universitária.

Ainda neste 1º semestre deverão estar concluídos os estudos sobre **Carreira Docente**, em conjunto com a ADUSP e ADUNESP. Junto com as

discussões sobre **política científica e acadêmica**, deverá ser tema de um Seminário a se realizar até o final de junho ou meados de agosto.

No que diz respeito à democratização da UNICAMP, deveremos avançar, ainda neste 1º semestre, os estudos sobre a composição e atribuições dos **Conselhos Departamental e Interdepartamental** e constituição dos **Conselhos de Escola dos Colégios Técnicos** e a consequente fixação de normas para eleições de diretores dos mesmos.

O debate sobre as grandes questões nacionais também deverá merecer toda nossa atenção. Estaremos presentes nas manifestações pela aprovação das propostas de educação na Constituinte, nos debates sobre eleições diretas e sucessão municipal e nos debates sobre o movimento sindical, centrais sindicais e formas de sindicalizações dos professores e dos funcionários públicos.

Para que todas estas propostas sejam concretizadas e ganhem vida no dia a dia da entidade, a ADUNICAMP tem como meta fundamental o crescimento da organização dos professores, o enraizamento da entidade nas diferentes unidades e a incorporação de um número cada vez maior de professores à vida da entidade, suas comissões e instâncias deliberativas e consultivas.

É nossa compreensão que somente uma entidade forte, que amplie seu trabalho e esteja enraizada no conjunto dos docentes poderá levar à frente a luta por uma Universidade autônoma, democrática e progressista que contribua para a solução dos grandes problemas nacionais e seja instrumento das transformações que o país reclama. É nossa tarefa fundamental manter a ADUNICAMP unitária, combativa, baseada no pluralismo de idéias e independente e autônoma frente à Reitoria ao Governo do Estado e aos partidos políticos.

Tendo claro que a defesa da Universidade Pública contempla necessariamente a luta por melhores salários, pela democratização da UNICAMP e pelas liberdades democráticas em nosso país, é que damos início ao debate sobre a Universidade Brasileira e sobre a UNICAMP.

Discutindo a avaliação

O tema deste primeiro número da atual gestão "Avaliação da Universidade" e o conjunto de artigos que o compõe refletem a complexidade do assunto e o cuidado com que deveremos tratá-lo. Pretende reavaliar o trabalho docente e o desempenho da Universidade fora do contexto da crise que hoje a caracteriza, pode significar aprofundar ainda mais a distância existente entre a Universidade e a contribuição que lhe cabe na solução dos grandes problemas nacionais. A Universidade que temos hoje é o resultado não só de 21 anos de autoritarismo, mas de toda a política resultante da privatização do ensino superior brasileiro

que gerou sérias distorções no interior das diferentes instituições, tanto no que diz respeito à própria carreira docente, como na definição da política de ensino e pesquisa. A avaliação da Universidade não pode, portanto, restringir-se à avaliação da Universidade Pública, na medida em que 80% das universidades brasileiras são instituições privadas que, além de receber verbas públicas sem qualquer controle por parte da comunidade, auferem lucros altíssimos com a cobrança de mensalidades de seus alunos.

Outro ponto fundamental nessa discussão é que a Universidade deve ser avaliada com relação aos seus fins e

objetivos e com relação à disponibilidade de recursos para que esses objetivos possam ser atingidos. Em outras palavras cabe perguntar qual a responsabilidade do Estado para com a Universidade no que tange a verbas para pesquisa, custeio e pessoal?

A ADUNICAMP considera que é seu papel a discussão do projeto de Universidade que temos hoje, aprofundando-a sobre os vários fatores que determinam a crise que vive hoje o ensino superior no Brasil. Acreditamos que este Jornal, dando continuidade ao trabalho da entidade, é o primeiro passo para a compreensão correta deste problema.

Expediente

"Jornal Adunicamp"

Publicação bimestral da Associação dos Docentes da Unicamp
Cidade Universitária "Zeferino Vaz" — CP 6158
Fones: (0192) 39.1148 e 39.1301 ramal 2494

Diretoria

Helena Costa L. de Freitas — Presidente
José Suassuna Filho — 1º Vice
Newton Muller Pereira — 2º Vice
José Vitorio Zago — 1º Secretário
Luiz Carlos Guedes Pinto — 2º Secretário
Francisco Hideo Aoki — 1º Tesoureiro
Luiz Carlos de Almeida — 2º Tesoureiro
Francisco Benedito T. Pessine — Dir. Adm.
Fernando de Almeida França — Dir. Cult.
Carlos Rodrigues de Souza — Dir. Imprensa

Editores

Chefinho (Adunicamp); Jurandir (FEE);
Tomaz (FEC); Milanez (FEC)
Trigueiros (IFGW)

Jornalista Responsável

Gilberto Gonçalves — MTPS 11.576

Planejamento Visual Gráfico



ALTERNATIVA
Assessoria de Comunicação

Rua Emilio Henking, 642 — Campinas — SP
Fone (0192) 42.8009

De repente o termo avaliação explodiu como um vulcão no meio acadêmico. Nem mesmo os "buracos negros" da Constituinte causaram tanta polêmica, discussões, constrangimento, revolta, indignação. O jornal "Folha de S. Paulo", ao publicar a lista de professores da USP taxando-os de "improdutivos" sob a argumentação de que pretendia provocar uma discussão séria sobre o assunto, acabou conseguindo muito mais que isso. A "Folha" atraiu para si a ira de vários segmentos da sociedade que, inconformados com a publicação, lamentaram o des-serviço prestado pelo jornal.

As falhas da lista, conhecidas de todos, não foram consideradas pelo veículo de comu-

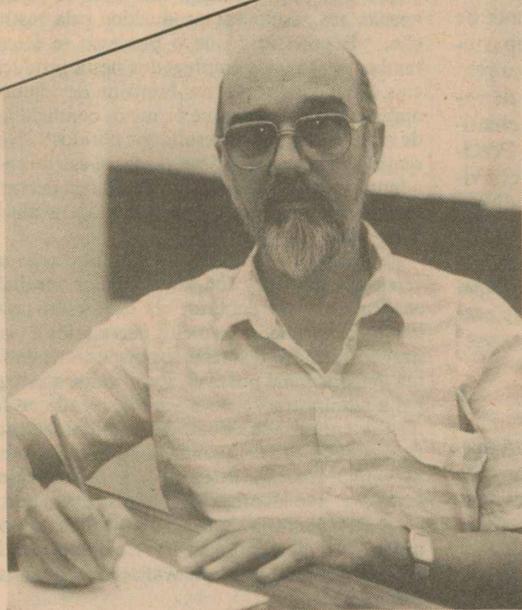
nicação o que pode permitir atribuir-lhe o prêmio "Barriga do Ano" — Barriga: publicação de matéria jornalística não verdadeira. Ainda assim não são poucas as versões sobre o interesse específico pela publicação. Em determinado momento a lista passa de algo sério para o cenário das piadas e anedotas.

Mas levando a lista a sério ou na gozação, o fato é que professores de várias instituições de ensino superior — e aqui da Unicamp não fugiram à regra

— passaram a se preocupar sobremaneira com o tema avaliação. E ainda que, meio piadisticamente, de um momento para o outro, uma pergunta passou a percorrer salas e corredores. A Unicamp também tem uma lista?

A resposta não poderia sair senão dos gabinetes dos Pró-Reitores e nós fomos buscá-la.

AVALIAÇÃO



Mário Sette

Pró-Reitor de Graduação

“A sociedade tem o direito de cobrar e nós o dever de nos deixarmos avaliar. É importante, também, que se tome providências para que os problemas não se perpetuem”



Bernardo Beiguelman

Pró-Reitor de Pós-Graduação

“A universidade tem que estar em constante processo de avaliação, não deve ser apenas num único momento. Além disto, é importante que os critérios sejam públicos”



Hélio Waldman

Pró-Reitor de Pesquisa

“A avaliação não pode ser uma caça às bruxas nem pode ter função policial. Não cabe à reitoria, especificamente, avaliar cada docente individualmente”

Avaliação:

Outra vez na ordem do dia

A publicação da lista dos “improdutivos” pelo jornal “Folha de S. Paulo” só fez mesmo reacender uma discussão que já vem sendo, há muito, colocada em pauta. No ano passado, por exemplo, a equipe do “Jornal Adunicamp” desenvolveu extensa entrevista com o professor Newton Balzan, onde se discutia principalmente a qualidade de ensino na Unicamp.

No rastro da “lista”, e exatamente um ano depois, o assunto volta à ordem do dia. Desta vez, no entanto, buscou-se ir além do tema qualidade de ensino. Dos gabinetes dos pró-reitores extraiu-se o pensamento de quem dirige a Universidade sobre o processo de avaliação, e levado nestas páginas para conhecimento de toda comunidade acadêmica.

“Avaliar, sim; caçar bruxas, não!”

O professor Hélio Waldman, Pró-Reitor de Pesquisa, foi categórico quando questionado sobre a possibilidade da avaliação dentro da Unicamp gerar uma lista como a da USP. “A avaliação não pode ser uma “caça às bruxas” e nem pode ter função policial. Não cabe à reitoria, especificamente, avaliar cada docente individualmente. A avaliação deve ser realizada pelos pares. Deve ser contextualizada, dinâmica e diferente para cada grupo. Cabe à reitoria avaliar as unidades. Portanto não teremos uma lista como a da USP”.

A participação no encontro de pró-reitores de pesquisa e graduação, realizado em Brasília, nos dias 29 de fevereiro e 1º de março deste ano, foi considerada muito significativa. “Neste encontro na UNB, o que fizemos foi praticamente uma troca de “figurinhas”. O objetivo era conhecer um pouco da experiência de cada pró-reitor no que diz respeito à avaliação. Trocou-se muita informação. Deu para deduzir, por exemplo, que falta de informações é um forte complicador no processo de avaliação. Muitos estão acordando agora para o problema. A UNB mesmo só agora começa a passar questionários, produzir anuários, remeter cartas objetivando obter e armazenar informações. Isto é importante”.

Algo está errado

Para o professor Hélio Waldman existe um motivo principal por trás do crescente interesse pela avaliação. “Creio que o motivo maior seja a sensação de que algo está errado no sistema. Todos queremos pôr o dedo na ferida mas não sabemos bem onde ela está. Querendo chegar até ela, roemos as unhas: complicamos estatísticas, definimos indicadores — geralmente testados e descartados quando não indicam a direção desejada — tentamos medir a produtividade científica de alguma forma. Não quero nem pretendo desvalorizar o esforço para projetar a nossa pesquisa e a nossa pós-graduação em números. Ele é válido e sério. Porém, uma falha básica no sistema de pesquisa universitária é a falta de informações sobre o que se faz, o que se pretende fazer, quem faz etc.”.

O Anuário de Pesquisa fasciculado de 1986, apresentado pelo próprio reitor Paulo Renato Costa Souza não como uma simples listagem de todas as publicações do corpo docente mas como um perfil atualizado de pesquisa que se desenvolve dentro da Unicamp é, para o pró-reitor, um passo no sentido de ter as informações necessárias. “Todo levantamento de informações e todo exercício sinóptico sobre elas, sendo sempre um fato a mais a colocar na mesa do debate, deve ser recebido como uma contribuição positiva. Mais que isso, levantar os fatos de nossa pesquisa e pós-graduação é um primeiro passo essencial de qualquer avaliação. É preciso ficar claro porém, que de pouco ou nada valerão os fatos se não se dispuser de um referencial teórico que possa cotejá-los. Afinal, avaliação nada mais é do que o confronto dos fatos com os valores. Logo, não se pode discutir avaliação da pesquisa e pós-graduação sem discutir os valores aos quais ela pode — ou deve — se consagrar”.

Aceitação da comunidade

Durante o encontro de pró-reitores, em Brasília, Hélio Waldman apresentou algumas considerações que, adianta, não pretende propor como convenção a ser adotada. “Qualquer sistema de avaliação de pesquisa só será eficaz se gozar de razoável aceitação pela comunidade avaliada. Trata-se de um fato decorrente de ser o trabalho intelectual talvez o último reduto da liberdade humana, motivo pelo qual todos os povos o desejam para si, todos os pais para sua prole etc. Sendo livre o trabalho intelectual, só pela ideologia do pesquisador pode ser controlado e só pela ideologia do avaliador pode ser avaliado. Se não houver o mínimo de consonância entre as duas, fica bloqueado o elo de realimentação que poderia levar da observação do trabalho à sua avaliação e da avaliação à reorientação daquele mesmo trabalho. Fica ineficaz se não houver o mínimo de articulação entre a visão dos avaliados e avaliadores”.

Ainda que constate numa certa desmoralização através do corporativismo de interesses do princípio de avaliação conhecido como “julgamento pelos pares”, o pró-reitor de pesquisa acredita que desistir deste

princípio poderia gerar situação ainda menos propícia ao desenvolvimento da ciência. “É preciso, cada vez mais, ter atividades de avaliação inseridas no dia-a-dia dos grupos de pesquisa e abri-las à participação de todos de maneira a dar sentido permanente e coletivo ao julgamento pelos pares.

É preciso trocar a cobrança externa e distante pelo desafio interior catalizado pela convivência com os pares num ambiente de indagação, estímulo e desafio. Os departamentos e núcleos de pesquisa precisam realizar revisões programáticas, revisões de exposição e discussão de sua produção científica e acadêmica, revisão de projetos. Precisam promover seminários, debates, convidar conferencistas, discutir, discutir, discutir. Não só em aberto, mas o trabalho de cada docente para que eles possam se sentir cobrados em seu próprio ambiente, pelos pares, e não por uma reitoria distante e empedernida”.

Resgatando papéis

O professor Hélio Waldman acredita ainda que com o estabelecimento dos termos da produção científica, desde as necessidades básicas, passando pelos objetivos gerais e marcos da produção a curto e médio prazo e mais a avaliação da produção departamental, poder-se-á resgatar um papel que cabe à direção universitária e que tem sido, durante muito tempo, segundo ele, exercido ou usurpado pelos financiadores. “Na medida em que a Universidade se comprometer com a emancipação cultural e tecnológica do País, temos certeza que este resgate não só será possível como também necessário”.

Quanto ao episódio da USP e a lista dos “improdutivos”, Hélio Waldman considera ultrapassado. “Ela, a lista, é um produto típico de uma estrutura extremamente burocratizada e, portanto, capaz de possibilitar os erros que todos conhecemos”. Por outro lado, se convidado a avaliar a Unicamp com base na escala “fraco” “abaixo da média”, “média”, “acima da média” e “excepcional”, garante que não hesitaria. “Eu avalio a Unicamp como excepcional, afinal ela praticamente acaba de se implantar e a implantação obteve sucesso pois foi transformadora”.



Administração:

Bons resultados exigem avaliação dos meios

O professor Geraldo Giovanni, Diretor da Coordenadoria Geral da Administração da Unicamp, tem claro que a avaliação da Universidade deve ser entendida como um processo global. Segundo ele, esta avaliação não deve resumir apenas aos resultados produzidos pela instituição. “É necessário que o processo se estenda também aos meios empregados nesta produção, cuja qualidade deve ser também devidamente apreciada na medida que os meios condicionam, de alguma forma, os resultados obtidos”. Neste sentido, as características da infra-estrutura de administração universitária não podem deixar de ser consideradas em um processo de avaliação deste tipo.

O professor entende que a administração universitária não tem a função de avaliar o trabalho acadêmico. “No entanto, ela deve estar aparelhada para fornecer os meios necessários e viabilizar a utilização dos recursos disponíveis da forma mais racional possível. Para cumprir este papel a administração deve ser organizada de forma descentralizada e dotada de legitimidade política. A definição da qualidade do trabalho administrativo deve ser delegada aos usuários deste serviço e não à própria administração que os presta. A conformidade entre o solicitado pelo usuário e o atendido pelo serviço administrativo deve ser um parâmetro na avaliação da qualidade deste serviço.

É nesta direção que tem caminhado, segundo o professor Giovanni, o processo de reformulação do sistema administrativo da Unicamp. “Atualmente o sistema de provimento das necessidades já está quase todo descentralizado em nossa Universidade, à exceção de alguns serviços que têm características especiais. As compras que exigem tomadas de preço, concorrência pública, etc. têm tratamento jurídico de tal complexidade que a descentralização se torna desinteressante para a instituição. O mesmo ocorre com certas despesas de caráter coletivo e social, como obras, serviços de transporte, restaurante etc.”.

Geraldo Giovanni explica que a idéia fundamental consiste em implementar um serviço otimizado que permita gerenciar recursos com características de economicidade — a capacidade de gastar com eficiência —, agilidade — presteza no rompimento de entraves burocráticos — e transparência. “Atuando com eficiência, a administração universitária estará contribuindo para aprimorar a qualidade dos resultados produzidos pela instituição como um todo. Esta é a forma pela qual a administração se relaciona com a questão da avaliação dentro da Universidade”.

“Evitar que os problemas se perpetuem”

“Não há necessidade nem é o mais importante levar ao conhecimento da sociedade. O mais importante é tomar providências para que os problemas não se perpetuem. Antes de levar aos jornais, se deve tornar público no Conselho Universitário. É preciso ter claro porém que a sociedade tem o direito de cobrar e nós temos o dever de nos deixar avaliar”. A declaração é do professor Antonio Mário Antunes Sette, Pró-Reitor de Graduação da Unicamp.

Ao assumir a pró-reitoria, o professor diz que desenvolveu um trabalho que num certo sentido ele considera uma avaliação. “Eu visitei todas as unidades, conversei com diretores, professores e alunos. Não foi um trabalho metodológico mas deu para avaliar um pouco. Temos claro que, nestes vinte anos, a Universidade construiu uma pós-graduação de excelente nível e desenvolveu pesquisas pioneiras em diversas áreas. A qualidade do trabalho vem possibilitando — e, com o fim do autoritarismo ainda mais — a obtenção de recursos de agências financiadoras do Governo podendo assim continuar na busca de nossos objetivos dentro de nossa vocação básica para a pesquisa”.

Graduação pouco estimulada

Por outro lado Mário Sette lamenta não ter acontecido o mesmo com a graduação. “O incentivo unilateral à pesquisa durante estes vinte anos, terminou por criar um acentuado desnível entre a graduação de um lado, pesquisa e pós-graduação do outro. Nos contatos que mantivemos comprovamos isto. Salvo poucas exceções, há uma total desmotivação por parte do corpo docente e discente face aos cursos de graduação. Alguns casos chegam próximo do absurdo, o que vem exigir soluções urgentes. É preciso que medidas sejam tomadas a fim de que, sem prejuízo, — ao contrário em benefício — da pesquisa e da pós-graduação, o problema da graduação — em particular o da qualidade de ensino — seja revertido. Precisamos ser tão ativos, agressivos e ágeis com relação ao ensino na graduação como fomos e temos sido com a pesquisa e pós-graduação”.

Para resumir os problemas da graduação, o professor coloca-os em duas questões fundamentais. “Nossas visitas permitiram concluir que os problemas da graduação passem por questões de ordem acadêmica e de ordem material. Qualquer discussão sobre qualidade de ensino vai passar primeiramente pelo problema da valorização da atividade docente. Valorização que entendemos não se deva dar apenas no aspecto salarial, mas através de toda infra-estrutura de apoio ao docente para melhorar seu desempenho na sala de aula ou em laboratório. Mais importante ainda é o estímulo que deve ser dado àqueles que comprovadamente, através de avaliações, se dedicam mais e melhor desempenham suas atividades didáticas. Sabemos das dificuldades para avaliar e estimular esta atividade. Vamos precisar passar o problema por uma ampla discussão com a comunidade acadêmica buscando a conscientização para a necessidade de se inverter a atitude que se tem com a graduação.

Valorização dos funcionários

Temos ainda que a melhoria das condições de apoio ao professor passa também por uma valorização adequada dos funcionários, através de salários dignos e de incentivo baseado na qualidade e capacidade de cada um. Não poderíamos esquecer também da necessidade de revisão da filosofia que instituiu a monitoria, adequando a retribuição financeira de forma a estimular o

“Força nos remos...”

Rubem Alves

A galera desliza rápida sobre as águas. Todos os remadores trabalham sem parar: remos, ritmicamente, entrando e saindo da água.

Ai se propõe uma avaliação da performance dos remadores.

Os critérios são rigorosamente quantitativos.

Anota-se o número de remadas por minuto (como também na universidade se anotam os números dos artigos publicados por ano.)

*Observa-se a sincronia. Não existe desastre maior para a velocidade da galera que o remador genial; que resolve remar ao seu próprio ritmo. Ordem unida. Todos fazendo força ao mesmo tempo, na mesma direção. Na análise que faz do comportamento das grandes companhias, no livro *The Organization Man* (Garden City, NY, Doubleday and Co., 1956), William Whyte Jr. observa que elas se esforçam, de maneira especial, em tornar os cientistas “company conscious”: remar só na direção da companhia. E que é preciso, a todo custo, eliminar a “idle curiosity”, aquela curiosidade que fica investigando problemas particulares. Não há mais lugar para remadores de caiaques. Ou se rema sincronicamente, ao ritmo de decisões gerais que o remador ignora, ou não se rema. Se Galileu vivesse entre nós é certo que não descobriria nada. Pois não haveria nenhuma agência financiadora para pagar suas remadas na direção errada.*

*Depois, a velocidade da galera sobre a água. Na verdade, estamos numa grande corrida. Alfred Musil, no seu livro *O homem sem qualidades*, diz que os cientistas se comportam como ciclistas que não vêem — nem o cenário por onde estão passando, e nem o lugar onde devem chegar — a não ser a roda da bicicleta do ciclista imediatamente à sua frente. Ser bom é ultrapassá-lo.*

E assim vamos nós na universidade, contando o número de artigos publicados, integrando-nos nos grandes planos de pesquisa (fora disto, quem pagará as contas?), tratando de passar à frente dos outros o mais rapidamente possível...

Só que há um pequeno problema: ninguém sabe para onde vai o barco.

E eu pergunto se, à falta deste pequeno detalhe, o destino do barco, faz sentido medir o número das remadas, a sincronia dos movimentos, a velocidade da galera... A menos que a vida universitária seja semelhante às Olimpíadas, even-

to que sempre me causou espanto. Onde o objetivo da natação não é o deleite com a água, mas exatamente o oposto. Lutam furiosamente para sair dela um centésimo de segundo antes. E quem o consegue é elevado ao pódio, ao som de hinos nacionais e estremeções patrióticas. Ainda não descobri o que fazer com este centésimo de segundo. Mas deve haver muito o que fazer com ele, para se justificar todos os milhares de horas de vida que foram gastos em treinamento, para que este assombro se conseguisse. Se o objetivo da vida acadêmica é chegar na frente, força nas remadas.

Mas se o objetivo da galera é chegar a algum porto, então as avaliações, por científicas que sejam, são totalmente destituídas de qualquer sentido, até que se determine o ponto onde desejamos chegar.

Como dizia Brecht: o objetivo da ciência é aliviar a miséria da existência humana. Dito de forma mais gostosa: é aumentar o prazer. O prazer do próprio cientista. (Ah! Como incluir este elemento maravilhoso nas avaliações do que está acontecendo? E, no entanto, é a única coisa que importa. Haverá um outro objetivo para a vida? Mas parece que tudo anda de cabeça para baixo. Nietzsche dizia que a condição sine qua non para se ter um doutoramento é aprender a ter prazer nas coisas que simplesmente enchem...) E o prazer do povo, é claro. Porque ciência não é mais passatempo individual, como o foi no passado. É coisa que se faz para tornar este nosso mundo mais gostoso e as pessoas menos sofridas. Isto exigiria que a ciência fosse feita à sombra de um sonho utópico. Mas será que ainda sabemos sonhar? Não será verdade que, à semelhança das companhias, elegemos, como critério de excelência da nossa experiência universitária a castração de nossas potências oníricas? Quem tem sonhos grandes? Sonhos pequenos apenas, profissionais, de empregos... “Temos físicos, geômetras, químicos, astrônomos... mas não temos mais um cidadão entre nós. Ou, se há uns poucos espalhados pelo nosso país abandonado, lá são eles deixados para morrer ignorados e maltratados”. Não é nenhum político da oposição que o diz. É Rousseau...

Primeiro: é preciso dizer para onde desejamos que o barco vá.

Fora disto as avaliações são vazias de sentido.

aluno a desempenhar tarefas fora do seu período de atividade didática. É necessário estimular o aluno ao ingresso no magistério e iniciação científica. Logo, a Portaria de 1983 que criou a monitoria precisa ser adequada à nova realidade.

Com relação ao problema de material, o professor enfatiza a necessidade de renovação permanente dos equipamentos de laboratórios das unidades. Segundo ele, a ausência de renovação de material permanente produziu uma conduta de retraimento

das atividades práticas, tanto por parte do professor, como do aluno. “Esta ausência de renovação de equipamentos tem causado uma redução drástica da permanência do aluno nas salas de laboratórios. As experiências, quando existem, são apenas demonstradas, impedindo a participação e a criatividade do aluno. A utilização de equipamentos desatualizados faz com que o aluno manipule tecnologias retrógradas causando danos à formação dele”.

Refletir soluções

Na tentativa de diminuir a distância entre graduação e pesquisa e pós-graduação, principalmente no que diz respeito à qualidade de ensino da graduação, o professor Mário Sette tem alguns pontos para reflexão em termos de diretrizes neste sentido. “O problema de material e equipamento, laboratórios e bibliotecas, exige alocação de verbas permanente, do próprio orçamento ou da criação de fundo para este fim; o estímulo à atividade docente deve passar por mecanismos que possam avaliar a real prática didática para fins curriculares; a realização de simpósios sobre o currículo mínimo nas Unidades, passando por temas como sistema de ensino seriado ou por crédito e o ciclo básico, até chegar a um grande simpósio a nível da Universidade para se discutir a filosofia de ensino de graduação na Unicamp; a necessidade de que as Unidades revejam seus objetivos e definam parâmetros de crescimento”.

Dentre os pontos para reflexão, o professor coloca ainda uma discussão sobre o espaço físico, uma vez que, segundo ele, mesmo com o significativo aumento deste espaço, algumas Unidades reclamam a necessidade de expansão. “Nesta discussão englobaríamos uma averiguação da existência e do uso de salas de aula; pensaríamos em melhores condições de convívio para professores e alunos. Existem várias sugestões neste sentido passando por restaurante “a la carte”, clube de cinema, cooperativa, um pequeno “shopping center” etc.; melhor recepção aos professores visitantes e, finalmente, uma averiguação no sistema de transporte. Creio que os problemas, portanto, estão detectados. Resta agora partir para a discussão. E é isto que estamos fazendo, primeiro a nível da Comissão Central de Graduação, para depois chegar a nível das áreas e depois das Unidades”.

Com o estudante, sempre

O pró-reitor de graduação tem posição firmada sobre a participação do estudante no processo de avaliação e também condena a lista da USP. “Não dá para conceber meios de melhorar a qualidade de ensino sem a participação do estudante. Por conseguinte, qualquer processo de avaliação deve também passar pelo estudante. Quanto à lista da USP, seu maior problema foi não apresentar uma transparência do porquê se fez. Ela foi muito brusca e, conseqüentemente, injusta pois só abordou a improdutividade. A própria lista foi injusta. Alexandre Rodrigues, por exemplo, tem um currículo incrível para ser taxado de improdutivo. É preciso ter cuidado e certa ética, o que não aconteceu lá”.

O professor Mário Sette adiantou ainda que o problema da avaliação deverá ser tema da Reunião da Região Sudeste/Centro-Oeste dos Pró-Reitores de Graduação marcada para este semestre e sediada pela Unicamp. O MEC tem se preocupado sobremaneira com o problema da avaliação desde o tempo do Ministro Jorge Bornhausen e esta preocupação tem continuado nos encontros nacionais, de Pró-reitores que agora passarão a regionais como este que vamos sediar”.

“Avaliação só com critérios públicos”

O professor Bernardo Beiguelman, pró-reitor de Pós-Graduação, também é contrário à avaliação como forma de perseguição e inquisição. “A Universidade tem que estar em constante processo de avaliação e não ser avaliada num único momento. Além disso, os critérios devem ser públicos. As avaliações da Capes, por exemplo, regra geral são boas, o problema está no fato dos critérios utilizados não serem públicos”.

Bernardo Beiguelman participou recentemente de uma reunião de Pró-Reitores em Brasília onde, segundo ele, fez severas críticas ao modelo americano que foram muito bem aceitas. “O esquema americano está ultrapassado. Esta história de produzir ‘papers’ já não dá mais. Eu já produzi muito ‘papers’ e por isso posso dizer. Nós estamos nos enganando pois só contamos o número absoluto. Temos que confessar, inclusive, que nada está sendo feito a não ser pela Capes. Acho até que podíamos partir daí pois afinal é a experiência mais próxima que temos.”

Ele critica também as inúmeras reuniões que se tem realizado em função de discutir o problema da avaliação. “Está havendo muito mais reunião do que realização. Deu epidemia de reunião. O que precisamos é criar comissões mistas, trazendo gente de fora pois alguém de casa pode se inibir para falar. E quanto maior for o número de comissões, melhor. O importante é ter gente de fora integrando estas comissões. No caso de Genética Vegetal, por exemplo, podia-se convidar o Alcides Carvalho, do IAC — Instituto Agrônomo de Campinas. Cada Sociedade Científica poderia indicar nomes para compor as comissões. Creio que este seja o caminho.”

Baseado na complexidade do processo de avaliação que, segundo o pró-reitor, exige critérios diferentes para as diferentes áreas, ele também condenou a lista da USP. “Nós não podemos denegrir pessoas. O que a ‘Folha de S. Paulo’ fez foi prestar um de serviço muito grande. Não vou entrar no mérito dos interesses que levaram à publicação da lista. Isto é outra história. De qualquer forma só podemos condenar.”

O professor Bernardo Beiguelman diz ainda que a saída é a criação de uma “Ciência Nacional”, uma política científica que sirva ao mesmo tempo aos interesses da ciência e ao desenvolvimento nacional. “Os cientistas pautam sua carreira pelos mesmos valores estabelecidos nos grandes centros do Hemisfério Norte. Assim, entre outros malefícios importados, introduziram no Hemisfério Sul o princípio de que o trabalho dos cientistas deve ser medido exclusivamente pela quantidade de suas publicações em revistas científicas ditas internacionais, pois admitem, sem discussão que a aceitação de um trabalho para publicação nessas revistas é garantia de sua importância.”

O grande problema da pesquisa científica nos países do Hemisfério Sul é, para o professor, a submissão cultural de seus cientistas ao Hemisfério Norte. “Diante disto, a única solução que podemos vislumbrar para este problema é a luta pela libertação desta dependência cultural. Sei que os adeptos desta luta enfrentarão grandes obstáculos e poderão até ser ridicularizados, já que a submissão cultural que é facilmente percebida em outras áreas, inclusive no cotidiano, é dificilmente aceita em relação à ciência.”

Sobre a avaliação docente

Yaro Burian Jr.
Ivanil S. Bonatti

Quase todas as críticas à “lista dos improdutivos” da USP questionam os critérios empregados, erros cometidos na aplicação dos critérios ou a forma de divulgação, concordando com a necessidade de avaliação. Poucos (como o prof. G. Lebrun, em Jornal da Tarde de 7/3/88) levantam objeções mais de fundo.

Medidas de grandezas tendem a perturbá-la. E não é necessário ir aos limites teóricos. Os exemplos são abundantes na vida prática. Assim, não apenas os volímetros disponíveis muitas vezes influem nas tensões medidas: um aluno bem preparado pode sofrer bloqueios na hora da prova, a presença de um guarda rodoviário afeta a velocidade dos veículos que ele vai medir (talvez o resultado mais importante de sua atuação).

Quando o número de publicações passa a ser critério de salário dos pesquisadores, a qualidade das publicações é afetada. E a substituição do número de publicações pelo número de vezes em que elas são citadas tem novas consequências:

- pode encorajar o aparecimento de clubes de citação recíproca;
- erros (e não apenas contribuições importantes) também provocam citações;
- talvez o mais grave, a quantidade de citações depende de um segundo fator, a quantidade de pesquisadores trabalhando no assunto. Assim se favorecem os assuntos da moda e a vida científica tende a se empobrecer.

Dentro de um ambiente de trabalho (principalmente se não muito grande) aparecem, com o tempo, consensos sobre a qualidade do pesquisador. Nestes consensos são levados em consideração os múltiplos aspectos de sua atividade: desde publicações ou citações até contribuições desinteressadas, participações em discussões, ... Não sendo usados para obtenção de vantagens salariais, estes consensos são bastante fiéis.

A mesma coisa acontece na avaliação mais difícil da qualidade como professor. Mais difícil porque as opiniões sobre o que é um bom professor são mais variadas. Um bom professor seria aquele lembrado pelos alunos depois de muitos anos, por ter aberto novos caminhos? Ou seria o conferencista brilhante, dono de excelente didática, quadro bem organizado, dicção perfeita? Mas as diferenças de opiniões não impedem os consensos.

De fato a avaliação feita pelos alunos varia com o tempo. Duran-

te o período letivo, alunos de certa disciplina reclamavam de provas feitas em todas as aulas. Terminando o semestre, reconhecem terem sido estas provas importante fator no aprendizado. E recentemente um ex-aluno comentava a respeito de um professor festejado por sua didática: achava ótimas suas aulas, saía-se bem nas provas; hoje não se lembra de nada aprendido em suas disciplinas. Teria razão o antigo diretor da FEC quando afirmava “o bom professor é um mau professor?”

Distinguimos entre os consensos a respeito de um professor aquele estabelecido entre seus colegas e aquele estabelecido pelos alunos. Nem sempre coincidem. Distorções preconceituosas parecem mais fáceis entre os últimos.

As enquetes sobre o desenvolvimento das diversas disciplinas respondidas pelos alunos podem se revelar boa ajuda na melhoria do ensino e talvez na correção de algumas distorções. Sua aplicação levanta certas questões:

- quem prepara e quem processa;
- quando são aplicadas (durante o curso, logo após, muito tempo após);
- o que fazer com os resultados;
- como conseguir devolução significativa;
- a própria elaboração da enquete (que perguntas, respostas numéricas ou não...)

Temos colecionado enquetes promovidas em muitas ocasiões e lugares e utilizamos ultimamente um modelo de questionário elaborado por alunos de engenharia elétrica (e já com propostas de alteração). Poucas perguntas por disciplina, a serem respondidas depois do encaminhamento das notas finais e não assinadas. Há problemas que podemos chamar de operacionais. Optamos pela obrigatoriedade de devolução da enquete na retirada do relatório de matrícula, pois a devolução espontânea ao fim do primeiro semestre de 1987 levou a menos de 10% de respostas, possivelmente polarizadas. Mas desta vez ainda não atingimos os concluintes. Boa parte das enquetes foi respondida apressadamente, pois o aluno só se lembrou de responder na hora de retirar o relatório de matrícula.

Com estas enquetes, respondidas após o encerramento das disciplinas, já aparece a evolução da opinião dos alunos em relação a alguns aspectos. Por exemplo, num caso tínhamos recebido reclama-

ções contra um professor intransigente no cumprimento do horário durante o semestre; estas reclamações não apareceram nas enquetes. E professores que cederam a pressões no sentido de terminar mais cedo suas aulas foram criticados por isto. A medida que passa o tempo, questões como o conforto ou a conveniência pessoal do aluno passam a segundo plano e o aproveitamento obtido no curso assume maior importância. Esta tendência deveria ser explorada com a extensão das enquetes a disciplinas cursadas em semestres anteriores.

A comparação da nota final do aluno com a nota, a seu ver, que teria merecido (ambas solicitadas na enquete) mostrou não haver relação entre o bom professor e o avaliador severo ou indulgente.

Para que fazer as enquetes?

Do ponto de vista da utilidade, uma avaliação de ensino “on line” deveria permitir a correção dos problemas à medida que ocorram. Mas a qualidade da avaliação melhora com certo atraso com que ela seja feita. Um compromisso — avaliação ao fim de disciplinas semestrais — é inevitável.

Em anos, passados o Centro Acadêmico Bernardo Saião promoveu enquetes e divulgou publicamente os resultados. Se se pretendeu castigar o considerado mau professor, o resultado foi atingido. Se se pretendeu melhorá-lo, não foi. As reações do desânimo ou revolta não geraram esforços de aprimoramento.

Já tentamos usar resultados de enquetes para facilitar a promoção do bom professor (no caso, no consenso dos colegas e muito bem avaliado pelos alunos), inclusive argumentando que uma promoção assim conseguida faria mais bem ao ensino que dezenas de declarações de intenção. Sem nenhum resultado prático.

Atualmente estamos enviando as enquetes aos professores, com direito de resposta perante a coordenação de curso. Problemas específicos podem assim ser sanados (quadro mal elaborado; insuficiência de exercícios em aula;...). Professores poderão discutir com alunos certos tópicos tais como o papel do livro-texto. E estamos ainda tentando levar a resposta dos professores aos alunos.

A questão da avaliação docente continua aberta. Gostaríamos de receber contribuições, principalmente por ocasião do Simpósio sobre o Curso de Engenharia Elétrica, na semana de 11 a 15 de abril próximos.

Polêmica após o resultado de Pedagogia

Recuperação e avaliação questionadas por Balzan

O professor Newton Balzan não acredita que haja possibilidade de recuperação, durante o curso de Pedagogia, dos candidatos que ficam longe do perfil traçado para os alunos da Unicamp, pela Comvest — Comissão do Vestibular. “Nosso aluno deve ser capaz de expressar corretamente suas idéias, ter pensamento crítico, fazer relações, levantar hipótese, analisar um determinado fato ou fenômeno sob vários ângulos etc”. Diante disto ele não esconde sua posição em defesa do funcionamento do curso em nível de pós-graduação, especializando e aperfeiçoando professores da rede.

A descrença do professor está fundamentada, segundo ele, nos números resultados do vestibular de 1987. “É claro que possibilidade de recuperação intracurso sempre existe. No entanto, o que se pergunta é se tal recuperação se realizaria, em termos práticos, com base no que tem sido feito até aqui. Por exemplo, o grupo que ingressou no curso de Pedagogia em 1987 acabou classificado em último lugar, quando se comparavam as médias dos aprovados-matriculados. Isto, a meu ver, é muito grave. Teremos como diretores e supervisores os menos capazes. Mesmo os que irão lecionar no 1º e 2º graus, não importa, são os mais fracos dentre o grupo dos que fizeram o vestibular no últimos anos”.

Após a classificação no vestibular de 87, os alunos de Pedagogia, já no primeiro semestre, se colocavam entre os cinco primeiros cursos se tomado com base o CR — Coeficiente de Rendimento. “O curso estava, ao final do primeiro semestre, em quinto lugar se considerados os alunos com CR igual ou superior a 0,5. Cerca de 61% dos alunos de Pedagogia já se encontravam nesta situação ao final de junho. Esta marca só era superada por Medicina (93%); Odontologia (91%); Ciências Econômicas (86,4%) e Engenharia Elétrica (85,7%). Como se não bastasse, o número de alunos com CR igual ou superior a 0,8 — em Pedagogia dez alunos — era também o maior entre todos os 26 cursos da Universidade.”

Ao relacionar a média no vestibular dos aprovados-matriculados e o CR destes alunos, o professor Balzan garante ser possível sugerir algumas hipóteses. “Se analisarmos estes dados, podemos chegar a hipóteses que envolvem a rapidez e eficiência com que teria havido a recuperação destes alunos e aí, com certeza, o curso de Pedagogia teria algo a oferecer à Universidade em termos de “modelo”, quem sabe. Estas hipóteses envolvem ainda o sistema de avaliação, provavelmente calcado em instrumentos e padrões que devem se caracterizar mais pela facilidade que por outra coisa. Pessoalmente não acredito que tenha havido tal recuperação. Como tenho levantado este problema já há algum tempo sem que tenha obtido respostas, continuo levantando as mesmas hipóteses.”

Diante do quadro apresentado o professor sugere um questionamento sobre o que vem acontecendo com a Educação de um modo geral e especialmente no Brasil. “O desprestígio da Educação está ocorrendo em função do lucro imediato vivenciado pelo País. A esprezeza no lugar da inteligência parece ter se tornado o valor máximo, a meta prioritária. Assim, como podemos esperar que a Educação, a formação do indivíduo tenha valor quando a chamada “Lei de Gerson — Tirar vantagem em tudo”, parece imperar?”

Reverter o processo da crise de valores não é, na concepção do professor, algo que possa ser obtido a curto prazo. “Acredito que a longo prazo a situação possa ser revertida. A atual crise de valores, chegando a um ponto crítico, tenderia a valorizar novamente profissões que se voltassem para a formação integral das pessoas, do desenvolvimento de sua inteligência, criatividade, ética, etc. Acho que o próprio capitalismo, pragmático como é, acabará reclamando a falta de pessoas capazes de desempenhar tarefas que o mundo moderno apresenta como necessárias e que passarão a se constituir num desafio à sociedade. Por outro lado é bom lembrar que o capitalismo também poderá simplesmente não precisar de pessoas inteligentes. É outra hipótese. Uma discussão portanto, fascinante, como se vê.”

Por ultimo, o professor Newton Balzan se coloca radicalmente contra qualquer possibilidade única de mudança no vestibular com a finalidade de preencher vagas existentes. “Será que valerá a pena alterar as regras do jogo a fim de que todo esse pessoal que não entrou na Unicamp pudesse preencher as vagas remanescentes? No momento, acho que não. Somos responsáveis por uma decisão tomada em conjunto, definindo tais vestibulares e uma mudança teria que ser bem pensada, com base nos dados disponíveis até o momento e em outros que serão coletados proximamente. O momento é de ver o que acontece, estudar em profundidade e não mudar por mudar.”

O vestibular — 88 da Unicamp apresentou um resultado que tem causado muita discussão e até uma certa polêmica. Dos 493 inscritos na primeira fase para o preenchimento das 90 vagas do curso de Pedagogia, apenas 11 efetivaram a matrícula, deixando assim 79 vagas em aberto.

Os candidatos aos cursos da Unicamp passaram por um concurso vestibular composto de duas fases. Na primeira, realizaram uma redação e responderam a 12 questões de conhecimentos gerais. Para chegar à segunda fase precisavam responder corretamente a no mínimo 50% do total da prova. No caso de Pedagogia, para atender ao limite de 3 candidatos por vaga, previsto para a segunda fase, considerou-se apto até quem respondeu apenas 25% por cento.

Na segunda etapa, o candidato deveria conseguir, no mínimo, 30% do valor total da prova de Língua Portuguesa. Dos 270 apenas 21 obtiveram este rendimento. Porém, não bastava obter o rendimento mínimo na prova específica de cada área. Para se considerar aprovado o candidato não poderia “zerar” em nenhuma outra prova integrante na segunda fase — Matemática, História, Ciências Biológicas, Química e Física. Dos 21, seis, “zeraram” em alguma delas.

Ao final da “barreira”, apenas 15 dos 270 estavam aptos a efetuar a matrícula no curso de Pedagogia. Nesta etapa quatro desistiram e não se matricularam, ficando apenas 11. As 79 vagas restantes foram oferecidas num segundo vestibular a 371 novos inscritos.

Foi a partir destes números que a discussão ganhou força. De um lado os que acreditam na necessidade de uma reformulação no curso, que passaria a funcionar ao nível de pós-graduação com afinidades para especialização e aperfeiçoamento dos professores da rede. Do outro, os que defendem a manutenção de graduação em Pedagogia por condenar a ociosidade de vagas na Universidade pública e por acreditar que o curso pode cumprir as duas finalidades (formar e aperfeiçoar) simultaneamente.

Um segundo vestibular sem mudanças de critérios

O professor Jocimar Archângelo, presidente da Comvest — Comissão do Vestibular — explicou que apesar da decisão pela realização de um segundo exame a medida não implicava, nem poderia, em alterar os critérios adotados para a seleção dos candidatos. A média mínima para ir à segunda fase continuou sendo cinco, com a mesma possibilidade de se classificar candidatos com média inferior caso houvesse necessidade para se chegar ao número de 3 candidatos por vaga.

Já na segunda etapa, assim como aconteceu no primeiro vestibular, para se considerar aprovado, o candidato necessitou de média mínima de 3 em Língua Portuguesa, no caso de Pedagogia, e nenhum zero em qualquer outra disciplina integrante do vestibular, Jocimar Archângelo esclareceu que “não se podia sequer pensar em alterar as regras do jogo que foram decididas aqui mesmo na Comissão”.

A única diferença do primeiro para o segundo vestibular foi com relação à abrangência dos postos de inscrições. “No primeiro, tivemos postos de inscrição, praticamente em todo país localizados nas capitais. Já no segundo, optamos por ficar só na região de Campinas e São Paulo. Mesmo assim a procura foi muito boa. Só para Pedagogia tivemos 371 inscritos para as 79 vagas que ficaram em aberto do primeiro vestibular, o que demonstra a importância da Unicamp no cenário Educacional”, explicou Jocimar.

Freitas: ruim com eles muito pior sem eles

“Não podemos dispor de vagas. Não podemos fechar as portas para uma clientela só porque a Universidade tem um determinado perfil para seus alunos. Devemos aceitar os interessados no preenchimento destas vagas e suprir suas dificuldades. Só assim estaremos formando. Uma Universidade pública não pode ter vagas ociosas. Seria descaracterizar a função social da Universidade”. A afirmação é do professor Luiz Carlos de Freitas, coordenador do Curso de Pedagogia e defensor da manutenção da graduação na área.

Para ele, o resultado do vestibular não causa espanto. “Ao contrário, é perfeitamente compreensível. Afinal, o salário do professor é o que é. Ninguém pode negar que atraí muito mais se dedicar à Medicina do que à Pedagogia. Se o médico estivesse na situação do professor, fatalmente a faculdade de Medicina teria problemas. É evidente que esta situação tem origem na realidade educacional brasileira, assim como é evidente que a reversão deste processo tem que passar por mudanças estruturais na sociedade. Eu tenho muito claro que nós estamos excluindo da Universidade uma determinada classe social o que, por si só, exige mudanças significativas”.

A possibilidade de recuperação dos alunos considerados “menos talentosos” durante o curso de Pedagogia é vista pelo professor como algo perfeitamente viável. “Se dermos tempo às pessoas elas terão, com certeza, condições de aprendizado e de recuperar suas dificuldades. Sabidamente a maioria pode aprender tudo dentro de algum tempo. É preciso dar tempo e querer realmente suprir as dificuldades destes alunos”.

Quanto ao processo de avaliação, o professor Luiz Carlos explica que não há um “modelo” para ser exportado. “O que temos lá é um relacionamento professor/aluno muito diferente dos demais cursos. Já disse que procuramos descobrir as dificuldades dos alunos para poder saná-las. O que não podemos é ficar colocando em dúvida o processo de avaliação com auxílio apenas de números. Concordaremos com uma pesquisa séria e fundamentada num levantamento quali-quantitativo do que acontece com a avaliação na Universidade, para só depois então questionar o que existe”.

Se por um lado o CR - Coeficiente de Rendimento dos alunos de primeiro semestre do ano passado foi utilizado para, em se comparando às médias no vestibular dos aprovados-matriculados, servir de argumentação no questionamento ao processo de avaliação adotado pelo curso de Pedagogia, Luiz Carlos faz questão de buscar um outro enfoque. “O resultado do vestibular é pontual, seletivo, classificatório. Será que é possível prever o rendimento de um aluno com base no seu resultado no exame vestibular? Que é matéria para estudos não tenho dúvidas, assim também como não tenho dúvidas que este estudo não pode ser feito cruzando variáveis no computador. O estudo deve ser quali-quantitativo, ai sim. Eu não acredito em qualidades preditivas do vestibular sobre o desempenho, a menos que me provem o contrário”.

Diante de uma possível proposta de mudanças na estrutura do curso em função dos resultados nos últimos vestibulares o coordenador é categórico. “É preciso deixar claro, primeiro que não contesto o vestibular da Unicamp. Sei que o vestibular é um mal necessário e sei também que ele não é culpa da Comvest. Por outro lado não posso admitir que qualquer proposta de mudança no curso de Pedagogia seja discutida nesta comissão. As propostas - e acho melhor que não seja uma única - devem ser colocadas à comunidade em questão para que ela decida o que achar melhor. A Comvest não é o fórum apropriado para discutir o curso”.

Luiz Carlos de Freitas explicou também a razão para o aumento do número de vagas de 60 para 90 e a situação dos aprovados. “O número de vagas foi aumentado em virtude do MEC ter autorizado a introdução de mais uma habilitação em Pedagogia, ou seja a de Professores de Educação Especializada. Quanto aos 11 aprovados no primeiro vestibular, eles já estão em aula normalmente. A turma será dividida em “A” e “B”. Os 11 integram a “A” e os aprovados no segundo vestibular integrarão a turma “B”, cujas aulas deverão adentrar ao mês de julho para complemento do calendário escolar, sem nenhum prejuízo”.

Ao final, o coordenador enfatizou que há ainda muito o que fazer pela Educação. “Queremos que os alunos entrem no curso para levarem avante as várias propostas do curso. A reciclagem dos professores da rede é importante, mas não é necessário que se penalize o curso de Pedagogia. Nossa discordância, em suma, se dá no sentido de não concordar que a Comvest mude a proposta da Faculdade de Educação”.

TRIBUNA LIVRE

DENÚNCIA À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Em carta publicada no jornal da ADUNICAMP de abril de 1987, denunciámos a comunidade universitária as agressões contra nós praticadas pelos profs. Rettori e Barberis. O primeiro tentando expulsar o prof. Gandra do Laboratório (LPM) onde trabalhamos cerca de 16 anos. O método utilizado foi simples: uma carta pessoal com suas decisões ao Chefe do Departamento. Nem ao menos tomou conhecimento do Conselho Departamental. O senhor Barberis aproveitou a situação para acerto de contas com o senhor Rettori. Recebeu deste a responsabilidade pelo LPM e a coordenação de um projeto de seleção de sementes, o que sempre desejou. Pôs a mão na massa; em 12 de fevereiro de 1987 trocou as chaves das portas de acesso ao LPM, deixando para fora nós, nossos estudantes e nosso técnico. Desde então estamos impedidos de exercer nossas atividades de pesquisa e prestação de serviços. Nós não aceitamos a situação e passamos todo o ano de 1987 resistindo às agressões e boicotes ao nosso trabalho. O Conselho de nosso Departamento tomou todas as providências no sentido de resolver a crise, porém suas resoluções foram sistematicamente desrespeitadas por estes dois professores. A Congregação do IFGW resolveu em 24/4/87 que as resoluções departamentais fossem cumpridas. Não foram. Solicitações de

abertura de inquérito administrativo, de punição disciplinar, de recurso à Congregação foram suspensas pelo atual Diretor do IFGW, prof. José Galvão, cuja linha de atuação nesta crise tem sido a de apoio aberto aos atos de agressão dos senhores Rettori e Barberis. As ações do Diretor e do Diretor Associado, prof. Ricardo Medrano, estão longe de se constituírem num fato isolado. Em verdade, a série de golpes subsequentes, comandados pela Diretoria do IFGW, como interferência no Departamento, convocações irregulares da Congregação, montagens falsas de processos e pareceres, abertura de sindicância com fins claramente intimidativos e procurando transformar os agressores em vítimas, tudo faz parte de um plano de perseguição pessoal e política à minha pessoa, movido e executado de maneira implacável por setores retrógrados do corpo docente do IFGW. Tudo porque denunciámos a política de feudos que visa o controle das atividades do Instituto por estes setores. Para tanto, tentam impedir que os pesquisadores mais jovens busquem sua independência científica. O caminho mais fácil é o de impor um controle rígido sobre os Laboratórios através de uma administração cartorial, baseada em princípios hierárquicos de estilo visivelmente militar. Há clara intenção destes setores de provocar nossa demissão "branca" do

IFGW. Fechando todas as possibilidades de desenvolvermos nossas atividades de pesquisa, esperam nos deixar sem qualquer outra alternativa. Porém, não pediremos demissão. Ao contrário, denunciaremos por todos os meios ao nosso alcance tudo o que está ocorrendo e o que ocorrerá. A Diretoria do IFGW já mandou pagar até o momento cerca de 4 milhões de cruzados, em valores atuais, a dois docentes, ao mesmo tempo que os mantém impedidos de desenvolver suas atividades de pesquisa. Quem responderá por este escândalo? A crise do LPM foi levada, mediante recurso, ao Conselho Universitário que deverá se pronunciar mais uma vez sobre a questão neste dia 5 de abril. Esperamos que as autoridades universitárias acolham os recursos e analisem todas as dimensões desta crise. De nossa parte, o mínimo que esperamos é que não seja permitido o uso e o abuso do poder para se promover atos de vingança e perseguição àqueles que tiveram apenas a coragem de denunciar uma política feudal de administração do bem público em proveito de interesses pessoais. Esperamos que seja promovido nosso retorno imediato às atividades de pesquisa, como medida mínima de justiça.

Jose Suassuna — Professor Livre Docente do IFGW.

A repartição dos frutos

J. R. Figueiredo (FEC)

Enquanto lastimava a penúria do povo brasileiro, em recente programa televisionado de seu partido, o Governador Brizola não deixaria passar, sem um vitorioso "Eu não disse?", aquilo que via como confirmação de seus presságios. Afinal, desde o primeiro plano Cruzado ele previra que não iria dar certo, contra a corrente da euforia generalizada da qual, lembrou, só escaparam o PDT e o PT. E fulminou: o que parecia haver de bom no Cruzado I fora demagogia eleitoral, nada mais: a Nova República mostrara sua verdadeira face após as eleições com o Cruzado II.

Por outro lado, "Eu não disse?" também exclamam os conservadores. Afinal, estes senhores acolheram como mal necessário a estabilização monetária de fevereiro de 86, mas sempre advertiram contra prolongadas violações às Sacrosantas Leis do Mercado por um Ministério da Fazenda populista e esquerdizante. Preveniram contra a libertinagem da carne e outros nobres produtos serem consumidos, na orgia funarista, até mesmo pelos não-eleitos do Mercado, os condenados pelo Tribunal da Sapientíssima Competição. Protestaram contra o pecado da moratória, e tantos outros. Podem portanto afirmar que a penitência do povo brasileiro hoje é para expiação de tanta blasfêmia.

É consensual portanto que o país experimentou sensível crescimento econômico e os assalariados em particular melhor qualidade de vida enquanto duraram as medidas de fevereiro. As duas alas do coro do "Eu não disse?" foram surpreendidas com esta verdade nas eleições de 86, com a esmagadora vitória dos que pareciam encarnar as virtudes do Cruzado. Mas desde então o povo só tem tido decepções: gradualmente foram extintos o congelamento de câmbio, os baixos juros, o congelamento de preços, o gatilho salarial, etc, sempre sob pressão do boicote interno e da necessidade de superavit comercial para o saco sem fundo da dívida externa. Algumas iniciativas para atacar estes obstáculos, como o confisco do gado e a moratória, vieram um

pouco tarde e foram abandonadas cedo demais. E o ex-hegegre Sarney, totalmente arrependido de suas experiências heterodoxas, retorna aos braços da velha alquimia conservadora cujo caldeirão produz ouro em glória ao Grande Capital, Senhor do Mercado, com certas misturas de arrocho, desemprego, falência de pequenas e médias empresas, desnacionalização da economia, e algumas gotas de lágrima de crocodilo.

Tanta volubilidade em suas convicções custou a Sarney quase toda popularidade e provavelmente custar-lhe-á também seus tão queridos cinco anos. Neste quadro as duas alas do coro do "Eu não disse?" colhem os frutos de não ter dado certo.

É uma reconhecida ingenuidade explicar os fatos políticos e econômicos como ação soberana do governante, esquecendo que tal ação é ela mesma dependente do que se passa na sociedade civil. Aí assistimos desde o Cruzado I uma intensa mobilização conservadora, com o boicote e a desobediência civil de empresários plenamente articulados com a defesa teórica do liberalismo econômico. Entre os setores populares houver, além de movimentos salariais por categorias, duas greves mais ou menos gerais em protesto contra os retrocessos do Cruzado II e do plano Bresser, mas faltou uma mobilização positiva pelo congelamento, pelo confisco ou pela moratória. Alguns setores progressistas, em particular o PCB, buscaram participar daquela enorme mobilização inicial dos consumidores tentando superar seu caráter individualizado e sua paternalização pelo governo, com vistas a torná-la uma organização perene e ativa, mas esta tentativa não pôde vingar sem o apoio dos partidos progressistas de oposição sistemática à Nova República, e muito menos dos conservadores ou do governo. No Primeiro de Maio de 86 os trabalhadores comemoraram em suas casas o congelamento, mas nas ruas, marcadas pela desunião, perplexidade e desmobilização, não puderam fortale-

cê-lo ativamente. Nesse contexto, em que os ventos da sociedade pareceram soprar para a direita, é apenas parcialmente correto culpar Sarney ou a Aliança Democrática: a volubilidade do lenço explica por que ele é facilmente levado com o vento, mas não explica o vento. É inegável porém que a frustração popular fertiliza a sementeira do coro do "Eu não disse?"

A ala direita se consolidou no Executivo, principalmente com Mailson da Nóbrega, e na Constituinte chegou a arvorar-se majoritária enquanto durou o arreganho do Centrão, consolidando de qualquer forma vários retrocessos. Enquanto a direita saboreia seus frutos maduros, a ala esquerda espera que os seus amadureçam até as próximas eleições, para ir à revanche contra os falsos e os verdadeiros defensores do Cruzado. Mas nem mesmo a vitória eleitoral assegurará que os frutos sejam doces. Isto porque será muito difícil para qualquer governo progressista combater a inflação, a menos que recorra ao congelamento de preços, como será impossível desenvolver o país sem uma medida tão ou mais radical que a moratória, e estes valiosos instrumentos de política econômica progressista se encontram momentaneamente desacreditados. E o povo, cuja participação é imprescindível para qualquer avanço, anda descrente de políticos, de planos, sem poder distinguir suas próprias bandeiras na água suja da demagogia.

Mas pode ser que os frutos amadureçam viçosos e revolucionariamente doces. Afinal, se em outros momentos faltou unidade aos progressistas, temos hoje PDT, PT, históricos do PMDB, PCB, PCdoB, PSB, MUP, PV, PH e muitos mais, unidos na oposição à deplorável atuação política e econômica desta última fase do governo Sarney, e na resistência à pressão direitista sobre a Constituinte. Resta apenas transformar este coro dos Unidos no Sofrimento num bem afinado Bloco Do Povo Unido Para Dar Certo E Nunca Mais Ser Vencido.